

EMANUEL PINHEIRO
Prefeito Municipal

ATO GP Nº 1069/2017

O **Prefeito Municipal de Cuiabá-(MT)**, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o Processo nº 59.704/2017 Ofício CMDCA nº 103/2017, Resolução nº 783/2017/CMDCA e Ofício Nº 972/GAB-SEC/RH/SMASDH/2017;

RESOLVE:

NOMEAR INTERINAMENTE, CRISTIANE MENDES MACHADO ROCHA, para responder pelo cargo de Conselheira Tutelar, em substituição à Conselheira Tutelar de Cuiabá – Região do Pedra 90, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Desenvolvimento Humano, no período de licença maternidade da titular:

17/11/17.

SILVANIA RODRIGUES DE OLIVEIRA SILVA, no período de 29/05/17 a

REGISTRADO, PUBLICADO, CUMPRE-SE.
Palácio Alencastro, em Cuiabá-MT, 08 de Junho de 2017.

EMANUEL PINHEIRO
Prefeito Municipal

LEGISLAÇÕES**DECRETO Nº 6.292, DE 12 DE JUNHO DE 2.017.****REVOGA O DECRETO MUNICIPAL N. 657/1982, QUE DISPÕE SOBRE PERMISSÃO DE USO DE BEM DE PROPRIEDADE DO PATRIMÔNIO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Cuiabá, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 41, VI e VII, da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO que a permissão de uso de bem público, nos termos em que concedida, consubstancia ato administrativo temporário e precário, sujeito, portanto, à discricionariedade administrativa;

CONSIDERANDO que a exploração do imóvel tem atendido exclusivamente a interesses particulares, sem qualquer contraprestação em benefício do Município de Cuiabá;

CONSIDERANDO a intenção de transformar a área objeto do Decreto nº 657/1982 em espaço destinado à convivência dos servidores públicos aposentados do Município de Cuiabá;

CONSIDERANDO, por fim, a inexistência de qualquer respaldo jurídico para o pedido administrativo de desafetação formulado pelo Sr. Zelmi Paz de Queiroz,

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Decreto Municipal nº 657/1982, que dispõe sobre permissão de uso de bem de propriedade do Patrimônio Municipal e dá outras providências.

Parágrafo único. A revogação do Decreto de que trata o caput implica na imediata retomada do bem pelo Município de Cuiabá, sem qualquer ônus para a Administração Municipal.

Art. 2º O permissionário deverá desocupar a área onde se localiza o estabelecimento denominado “Cachara na Brasa” (“Peixaria do Queiroz”), no prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da notificação realizada pela Secretaria Municipal de Gestão, sem prejuízo de outras providências a serem adotadas pelo Município de Cuiabá, no sentido de desocupar a integralidade do terreno objeto de permissão.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Gestão deverá proceder à notificação de que trata o caput no prazo improrrogável de 5 (cinco) dias, contados da publicação do presente Decreto.

Art. 3º A Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano deverá, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação do presente Decreto, delimitar, com base em critérios técnicos atuais, a área objeto da permissão ora revogada.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Alencastro, em Cuiabá-MT, em 12 de junho de 2.017.

EMANUEL PINHEIRO
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 6.293 DE 12 DE JUNHO DE 2017.**DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A REALIZAÇÃO DE MATRÍCULA EM CRECHE E CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL – CEMEI.**

O **Prefeito Municipal de Cuiabá**, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

CONSIDERANDO que, consoante o art. 7º, inciso XXV, da Constituição Federal de 1988, é direito dos trabalhadores urbanos e rurais a assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas;

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 205 da Constituição Federal de 1988, a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho;

CONSIDERANDO que o dever do Estado com a educação, nos termos do art. 208, inciso V, da Constituição Federal de 1988, será efetivado mediante a garantia de educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade; e

CONSIDERANDO que, conforme o art. 208, § 2º, da Constituição Federal de 1988, os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil,

DECRETA:

Art. 1º As inscrições relacionadas às matrículas em Creche Municipal e Centro Municipal de Educação Infantil obedecerão ao disposto no presente Decreto.

Art. 2º Para realizar a inscrição para a matrícula no ano letivo em curso em Creche Municipal e Centro Municipal de Educação Infantil deverá o responsável legal pela criança interessada preencher o respectivo cadastro no site www.matriculaweb.cuiaba.mt.gov.br.

§ 1º Os responsáveis legais que não possuírem acesso à internet poderão realizar as inscrições nos Centros de Referência e Assistência Social – CRAS instalados no Município de Cuiabá, caso em que os servidores da Secretaria Municipal de Educação alimentarão cadastro da criança interessada no sistema de inscrições.

§ 2º O preenchimento incorreto do cadastro, sobretudo a inexistência de informações, a omissão de informações e a inserção de informações inverídicas, acarretará a anulação da inscrição.

§ 3º Em caso de ocorrência de quaisquer das hipóteses constantes no § 2º deste artigo, poderá o representante legal da criança interessada, sem prejuízo das sanções cabíveis, refazer o cadastro com as informações corretas no serviço de 0800 da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3º Após concluído o período de inscrições, tomando como referência as informações constantes dos cadastros das crianças, o sistema de inscrições fará a classificação, gerando uma listagem das crianças inscritas, inclusive com a especificação da unidade educacional.

Art. 4º As inscrições serão realizadas de acordo com o cronograma definido pela Secretaria Municipal de Educação, o qual deverá observar, por questões de organização administrativa, a seguinte ordem:

I – inscrições das crianças com deficiência;

II – inscrições das crianças cujos pais são beneficiários do Programa Bolsa Família;

III – inscrições das crianças que não se enquadrarem nos itens I e II, priorizando as famílias com menor rendimento mensal, até preenchimento total das vagas.

Parágrafo único. Os responsáveis legais pela criança interessada devidamente cadastrada serão convocados para apresentação dos documentos que comprovem as informações declaradas no cadastro, inclusive os relativos à identificação pessoal e comprovação do local de residência.

Art. 5º Como critério de desempate para ocupação de uma mesma vaga, observar-se-á:

I – a maior proximidade da residência da criança à unidade escolar;

II – o maior número de membros da família da criança; e

III – a maior idade da criança.

Art. 6º Em caso de suspeita de irregularidade nas inscrições, a Secretaria Municipal de Educação, de ofício ou por provocação, procederá às devidas averiguações e revisões das inscrições e matrículas que não obedecerem às determinações desse Decreto e das demais normas aplicáveis à espécie, sem prejuízo das medidas administrativas e judiciais cabíveis.

Art. 7º O Conselho Municipal de Educação editará as demais diretrizes necessárias ao cumprimento da normatização constante do presente Decreto.

Art. 8º A Secretaria Municipal de Educação publicará no site www.cuiaba.mt.gov.br a lista das crianças matriculadas nas Creches Municipais e nos Centros Municipais de Educação Infantil.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Alencastro, em Cuiabá, 12 de junho de 2017.

EMANUEL PINHEIRO
Prefeito Municipal

LICITAÇÕES

**RESULTADO TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2017
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 18.715/2017**